

Fernando Molica

Penduricalhos e mordomias

As listas de penduricalhos que engordam salários de servidores públicos fazem lembrar o terremoto que, em 1976, o jornal O Estado de S.Paulo causou ao revelar o escândalo das mordomias. Eram facilidades, comodidades e abusos desfrutados por integrantes dos altos escalões de Brasília, gente protegida pelo silêncio imposto pela ditadura.

Os jornalistas do Estadão levantaram histórias absurdas, como a da mulher de um diretor do Banco do Brasil que, chateada com a quebra do trinco de sua geladeira, mandou trocar não a peça, mas o eletrodoméstico que pontificava na cozinha de sua residência oficial.

O então secretário-geral do Ministério da Saúde não gostou da decoração do apartamento que lhe fora destinado. Mandou chamar seu decorador favorito, em São Paulo, que projetou novos móveis, todos feitos por encomenda: nossos pais e avós pagaram a conta.

O diretor de um órgão do Ministério dos Transportes teve direito a uma casa alugada; mas o imóvel, veja só, não tinha piscina. Sem problemas, mandou fazer uma, que acabou ficando de brinde para o proprietário.

O lazer em Brasília era escasso. E, aí, como fazer? Superfuncionários de ministérios e de outros órgãos da República deram um jeito e viam, na íntegra, filmes que eram censurados para brasileiros que lhes pagavam os salários.

E aí, tome de “Último tanto em Paris”, “Emanuelle”, “Decameron”, “Laranja mecânica” — este último filme, quando foi liberado, era exibido com bolinhas pretas inseridas na película e que cobriam os órgãos genitais de atores. Os caras de Brasília foram poupados deste ridículo.

A praga das mordomias se espalhava nas estatais e em outros níveis de poder. A reportagem do Estadão

contou que o Tribunal de Contas do Distrito Federal constatara que o governo local comprara, num só dia, 17 quilos de melão, 23 quilos de uva, 14 quilos de ameixa, 11,3 quilos de mamão, 21 caixas de pêssego e 16 dúzias de bananas.

Em 15 de maio de 1974, apenas para a residência do então governador Elmo Serejo Farias, foram adquiridos 270 litros de leite e 6.825 pães franceses, numa multiplicação de proporções bíblicas.

Naquele tempo, a transparência era praticamente zero; e reportagens como aquela, raríssimas. A chegada da democracia e a evolução dos mecanismos de controle tiveram um papel decisivo na mudança de hábitos. Pelo menos, os caras passaram a ser mais cuidadosos, passaram a encontrar atalhos para driblar as novas normas.

O caso dos penduricalhos vai nessa linha. Estabelecido um teto para o funcionalismo público, superfuncionários trataram de transformá-lo em piso. E tome de auxílio disso ou daquilo, de ajuda, de abono, de complemento.

Eles, os beneficiados, têm sempre uma justificativa: falam em defasagem, em falta de reajustes, em necessidade de manter um padrão de vida compatível com suas funções. Alegam o que praticamente todo mundo poderia alegar.

O funcionalismo não é, pelo menos, não deveria ser, lugar de enriquecimento, seus integrantes têm estabilidade, o que não é pouco; riqueza deve ser buscada na iniciativa privada. O serviço público tem que oferecer salários dignos e possibilidades de carreira, mas não vencimentos que chegam a R\$ 2,2 milhões anuais. No fim das contas, mordomias e penduricalhos são filhos de uma sociedade que se orgulha de manter, renovar e multiplicar a desigualdade.

Tales Faria

Flávio nos EUA: Brasil alia-se a “adversários dos Estados Unidos”

No Brasil, o senador e pré-candidato a presidente da República, Flávio Bolsonaro (PL-RJ), tenta atrair o eleitorado que não é conservador com um discurso menos radical. Chega a usar termos antes condenados pelos bolsonaristas, como quando disse que agora quer o apoio de “todos, todes e todas” para a sua campanha.

Mas em palestra no domingo, 22, nos Estados Unidos, durante um evento da organização de mídia conservadora PragerU, fundada em 2009, o candidato retomou a mesma retórica de quando defendeu uma intervenção do presidente norte-americano, Donald Trump, usando o tarifaço contra os produtos brasileiros.

Em vídeo que ele e seu irmão Eduardo reproduziram no canal do Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=fUQJsshf3aA>), Flávio afirmou com todas as letras:

“O Brasil está se tornando uma plataforma para a influência antiamericana no hemisfério ocidental. Este é o cenário de pesadelos sobre o qual alertamos quando os governos socialistas permanecem no poder: eles não apenas destroem seus próprios países, mas também convidam os inimigos dos Estados Unidos para o nosso hemisfério.”

Flávio acenou com os benefícios que os recursos naturais do Brasil trariam aos EUA para convencer de que é preciso uma intervenção dos norte-americanos sobre os destinos dos brasileiros.

“Temos reservas enormes de minerais essenciais, dos quais os Estados Unidos precisam desesperadamente para a tecnologia de Defesa. Temos minerais essenciais para tudo, de smartphones a jatos de

combate. Agora mesmo, adivinhem quem está tendo acesso a tudo isso: os adversários dos Estados Unidos, enquanto o presidente socialista Lula da Silva faz uma ponte retórica antiamericana e alinha o Brasil com regimes autoritários. Os vastos recursos da nossa natureza estão fluindo para países que querem ver os Estados Unidos fracos.”

Ele disse que o ex-presidente Jair Bolsonaro está preso “em uma cela comum”. Distante milhares de quilômetros dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio também sentiu-se seguro para abandonar o discurso conciliador e voltar a atacar o ministro Alexandre de Moraes. Desta vez dizendo que o ministro transformou o STF em “um lar de corrupção”.

“Porque esse cenário de pesadelo é exatamente o que o Brasil está vivendo hoje. [...] Meu pai, o [ex-]presidente Jair [Bolsonaro], aliado internacional e admirador de Donald Trump, está sentado esta noite em uma cela de prisão comum, não por corrupção, não por violência, não por quebrar qualquer lei real, mas por suas crenças conservadoras, por defender valores tradicionais, por se recusar a se curvar à agenda socialista. O mesmo ministro da Suprema Corte que o prendeu também transformou a mais alta Corte do Brasil em arma de perseguição política e um lar de corrupção. Ele censurou plataformas de mídia social, banuiu vozes conservadoras, ordenou a prisão de jornalistas e reprimiu movimentos de oposição, tudo em nome da defesa da democracia. Isso soa familiar? Deveria, porque é exatamente isso que o estado profundo da esquerda, esse establishment, queria fazer com o Donald Trump.”

Fernando Valente Pimentel*

Agenda da jornada de trabalho deve caminhar junto com produtividade e competitividade

O debate sobre a redução da jornada, que voltou à agenda nacional, merece ser tratado com a seriedade e a profundidade que um tema dessa magnitude exige. Trata-se de uma discussão importante que envolve qualidade de vida, saúde e equilíbrio entre trabalho e vida pessoal. No entanto, seus impactos ultrapassam a esfera social, pois alcançam diretamente a produtividade, a competitividade das empresas, a geração de empregos formais e o futuro do desenvolvimento econômico do País.

É importante lembrar que o Brasil não parte de um cenário de cargas horárias excessivamente elevadas. Dados recentes indicam que a jornada média efetivamente trabalhada situa-se pouco acima de 39 horas semanais, enquanto na indústria a média gira em torno de 40,2 horas. Ou seja, já existe, na prática, um nível significativo de acomodação decorrente de negociações coletivas, arranjos setoriais e organização produtiva das empresas.

Essa realidade reforça um ponto central: a diversidade econômica e produtiva brasileira torna inadequadas soluções uniformes e rígidas. Setores com operação contínua, forte sazonalidade ou elevada competição internacional, como a indústria têxtil e de confecção, apresentam dinâmicas distintas de atividades predominantemente administrativas ou de serviços. O mesmo se aplica às diferenças regionais, que refletem realidades econômicas, estruturais e sociais variadas.

Por essa razão, o melhor caminho para eventuais ajustes na jornada de trabalho não é a imposição legal uniforme, mas sim a negociação coletiva e os acordos entre trabalhadores e empregadores. Esse instrumento permite acomodar especificidades setoriais e regionais, preservar empregos e garantir soluções equilibradas entre produtividade, competitividade e bem-estar dos trabalhadores. A experiência brasileira demonstra que, quando há espaço para negociação, surgem soluções criativas e sustentáveis.

Outro aspecto essencial é reconhecer que reduções sustentáveis da jornada de trabalho, observadas em economias avançadas, ocorreram em contextos de aumento de produtividade, modernização tecnológica e

reorganização dos processos produtivos. Quando a redução ocorre sem ganhos correspondentes de eficiência, o resultado tende a ser o aumento do custo por unidade produzida, perda de competitividade, informalidade e retração do emprego formal.

Nesse contexto, causa preocupação que propostas de redução da carga semanal de trabalho e extinção do regime 6x1 avancem sem que se inclua, na mesma medida, a discussão sobre a mitigação do “Custo Brasil” e dos encargos que incidem sobre o emprego formal. Os ônus do trabalho no País permanecem elevado quando considerados tributos, encargos sociais, energia e custos logísticos e do capital. Alterações que elevem o valor unitário da produção sem enfrentar esses fatores estruturais tendem a penalizar a indústria, estimular a informalidade e ampliar a substituição por importados.

Além disso, uma discussão com impactos estruturais sobre o custo do trabalho, a organização produtiva e a competitividade nacional não deve ser conduzida de maneira açodada, especialmente em períodos eleitorais. Temas dessa relevância exigem análise técnica aprofundada, diálogo amplo com os setores produtivos e avaliação criteriosa de seus efeitos sobre crescimento econômico, inflação, investimento e geração de empregos de qualidade.

O Brasil precisa avançar no seu desenvolvimento e, com isso, proporcionar maior bem-estar à sociedade. Mas, esse avanço, para ser sustentável, deve caminhar junto com produtividade, inovação e competitividade. A negociação coletiva, o respeito às diferenças setoriais e regionais e a construção gradual de soluções efetivas representam o caminho mais seguro para equilibrar esses objetivos.

Tratar esse tema com responsabilidade é garantir que o País avance socialmente sem comprometer sua capacidade de produzir, competir e gerar oportunidades para milhões de brasileiros.

***Diretor-superintendente e presidente emérito da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit).**